


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0023729-26.2011.8.26.0566**

Classe - Assunto **Incidentes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 13/02/2014 16:38:43 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

Exceção de pré-executividade oposta pela Defensoria Pública, enquanto curadora especial do executado **LNP MIX ENG PLASTICS DO BRASIL LTDA** na execução fiscal que lhe move a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, em que aduz que a citação por edital é nula já que não se esgotaram todas as modalidades de citação.

A exceção foi recebida suspendendo-se os autos principais.

A excepta manifestou-se (fls. 30/34) aduzindo não ser possível a nomeação de curador nestes autos pois ausente hipótese legal e, no mais, que a citação por edital foi válida.

**É O BREVE RELATO.**

Apesar de proveitosos os recursos tecnológicos disponíveis, inexistente obrigação, em nosso sistema jurídico, de o Poder Judiciário realizar pesquisas informatizadas – INFOJUD, BACENJUD, SIEL, SCPC, etc. – na tentativa de localizar o executado.

A jurisprudência do STJ é no sentido de que "a citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades" (Súmula 414/STJ); isso quer dizer que para a citação por edital não é necessário efetuar, antes, pesquisas de endereços em sistemas informatizados, basta que tenham sido tentadas "as demais modalidades" de citação; as "demais modalidades", no caso, são a citação por carta registrada e oficial de justiça; isso é realmente tranquilo no STJ, como vemos no acórdão de recurso repetitivo que gerou a Súm. 414 (REsp 1103050/BA, "segundo o art. 8º da Lei 6.830/30, a citação por edital, na execução fiscal, somente é cabível quando não exitosas as outras modalidades de citação ali previstas: a citação por correio e a citação por oficial de justiça").


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

O próprio STJ já consignou, de modo expresse: “ ... para se admitir a citação por edital no processo de execução fiscal, bastam as tentativas frustradas de citação pelos correios e via oficial de justiça; o art. 8º, III, da Lei nº 6.830/80 não exige o prévio exaurimento dos meios extrajudiciais disponíveis para a localização de outro endereço”. (REsp 1348531/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 2ªT, j. 23/10/2012).

No caso em tela a citação por oficial de justiça, restou infrutífera (fls. 09) e diante do teor da certidão não haveria como se lançar mão da citação por carta.

Assim, cabível a citação por edital (fls.17).

A alegação da excepta de que não se pode dar curador ao executado citado por edital, não encontra respaldo jurídico e viola a Súmula 196 do STJ: “*Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos.*”

Ante o exposto, rejeito a exceção de pré-executividade.

*Nesta data, proferi decisão nos autos principais.*

P.R.I.

São Carlos, 11 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**